



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A CLASSE TRABALHADORA NO LIVRO DIDÁTICO: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Ronaldo Oliveira Ferraz*
(UESB)

Ana Palmira Bittencourt S. Casimiro**
(UESB)

RESUMO

O livro didático de História é um lugar de memória no qual a memória coletiva e histórica da classe trabalhadora é projetada e construída na confluência de diversos fatores. Essa memória é fruto, também, do diálogo entre a produção historiográfica sobre os trabalhadores e a sua produção enquanto livro destinado ao ensino da história. O presente trabalho busca perceber qual a memória da classe trabalhadora no Brasil é projetada no livro didático de História do Ensino Médio. Buscou-se traçar um quadro no qual se discute o entrelaçamento entre a memória, a produção historiográfica sobre a classe trabalhadora brasileira e o livro didático de História. O que se percebe é que a memória da classe trabalhadora aparece nos livros didáticos analisados de forma fragmentada e marcada pelo predomínio de uma abordagem tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: História da classe trabalhadora no Brasil, Livro didático, Memória coletiva, Lugar de memória.

INTRODUÇÃO

O presente texto é parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Seu objetivo é refletir sobre a memória histórica da classe

* Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. E-mail: ronalduferraz@yahoo.com.br

** Doutora em Educação pela UFBA, Professora Plena do DFCH (UESB), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação, lotado no Museu Pedagógico da UESB. E-mail: apcasimiro@oi.com.br



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

trabalhadora no Brasil que aparece no livro didático do Ensino Médio, tendo por período de análise o final do século XIX ao fim do regime militar. O que se buscou foi analisar seis livros didáticos de história do Ensino Médio que aparecem no Guia do Livro Didático¹², de 2006, e como a história da classe trabalhadora no Brasil surge neles. São os livros:

Livro 1 – FIGUEIRA, Divalte Garcia. História.

Livro 2 – MOTA, Myriam Becho e BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao Terceiro Milênio.

Livro 3 – CAMPOS, Flávio de e MIRANDA, Renan. A escrita da História. Ensino Médio. Volume Único. Manual do Professor.

Livro 4 – PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza e CARVALHO, Yone de. História do mundo ocidental.

Livro 5 – FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. Nova História Integrada.

Livro 6 – SCHMIDT, Mario Furley.

Buscou-se discutir a questão da memória histórica da classe trabalhadora no livro didático porque este lugar de memória, o livro escolar, é um local privilegiado de divulgação e construção do conhecimento face à sua grande inserção no universo do saber escolar. O livro didático tornou-se uma peça importante dentro da escola e nas políticas de educação.

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

**Orientadora, professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

¹² O Guia do Livro Didático é uma publicação do MEC que serve de parâmetro para os professores escolherem o livro didático a ser adotado pela escola. Contém uma lista de livros previamente analisados e julgados por uma comissão escolhida pelo Ministério da Educação. Ver MEC (2009).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A Problemática do Livro Didático

Muito já se falou e ainda se tem dito sobre a temática livro didático. Os discursos foram dirigidos a diversas direções. Os enfoques e abordagens dão conta de múltiplos aspectos como: as políticas voltadas para e sobre ele; as análises sobre a qualidade física, de conteúdo e de produção; sua história e trajetória, situando-as no universo de mudanças ocorridas na sociedade em que se insere; os critérios de escolha e avaliação institucional; a sua inserção dentro do mundo da sala de aula, da educação como um todo e na constituição dos saberes norteadores do processo educacional; seu papel na formação de alunos e professores; sua relação com as disciplinas escolares; sua relação com a ideologia; seu universo econômico, o livro como mercadoria; seu papel enquanto artefato cultural; sua produção e relação com editores, autores e leitores; seu uso dentro e fora da sala de aula; suas formas de descarte; enfim, são diversos os olhares e os ângulos em que foi e ainda é visto. Sua problemática situa-se num horizonte de vastas planícies e muitos lugares ainda por se descobrir.

É possível perceber o livro didático como construtor de memórias. Se, para Pierre Nora (1993), há lugares de memória porque não há mais memória, a memória presente no livro didático de História, que podemos denominar de memória histórica, é fruto de uma memória mediada, processada e construída a partir da conjunção de uma série de fatores: o tempo histórico; a ciência de referência do livro didático de História, neste caso, a História, e as nuances de seu campo epistemológico; e aos problemas próprios que dizem respeito à produção, apropriação, distribuição e consumo do livro didático.

Assim, quando se pensa a memória da classe trabalhadora no livro didático é preciso entender que sua construção e representação, materializada em discursos, imagens, narrativas e interpretações, está ancorada na problemática que

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

o envolve. O livro didático é mercadoria, portanto, segue uma lógica de mercado cuja venda irá direcionar seu sucesso, seu fracasso e, inclusive, seu conteúdo. O livro didático é um artefato cultural e, nesse sentido, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão demarcadas a práticas sociais assentadas na sociedade. O livro didático é fruto das políticas oficiais de educação, seguindo uma lógica que precise contemplá-las e considerá-las, ainda que as resignifique, como forma de aceitação num universo institucionalizado como o é a escola. O livro didático, acima de tudo, é fruto de seu tempo, obedece a certos padrões de comportamento necessários à sua própria sobrevivência, procurando afastar-se de anacronismos.

Portanto, pensar numa memória histórica da classe trabalhadora no âmbito do livro didático é pensar numa memória construída não somente a partir da vontade de um autor, de um editor ou, mesmo, das políticas públicas para a educação. Sua edificação está na esteira do conjunto de influências que a tenciona em diversas direções. Quer-se dizer com isso que envolve a problemática do livro didático, com sua peculiaridade e natureza própria, mas, também, se circunscreve no conjunto de problemas da construção da memória e na complexidade que encerra o fazer historiográfico da história da classe trabalhadora. Estes três elementos, memória histórica, classe trabalhadora e livro didático, se encontram, se interpenetram e se reconfiguram como um problema de nova natureza.

Memória Histórica da Classe Trabalhadora no Livro Didático

Não se pode negar que há uma memória histórica da classe trabalhadora nos manuais didáticos aqui analisados. A questão é: que memória histórica é essa? Porém, antes de adentrarmos neste meandro é preciso considerar, ainda, outras questões.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A primeira delas diz respeito à natureza do livro didático, não é possível fazermos exigências que não caibam nele. Não podemos exigir que se encerre nele, no conjunto de suas demandas (de conteúdos, de abordagens, de enfoques, de concepções pedagógicas etc.), uma narrativa que seja capaz de dar conta da totalidade e da complexidade da história humana, da complexidade das demandas do campo de estudo da história com seu leque de possibilidades teóricas, de tendências e de especialidades. Como nos lembra D'Assunção Barros (2009, p.9), “o oceano da historiografia acha-se hoje povoado por inúmeras ilhas, cada qual com a sua flora e a sua fauna particular”. Visitá-las em sua unidade não é tarefa que se possa requerer de um livro didático. Não compete, em função de sua natureza, alcançar lugares que seu corpo não lhe permita ir. A natureza do livro didático é a de ser um manual, disso não podemos nos esquecer.

A segunda questão a ser ressaltada diz respeito à característica da historiografia. Mas por que falamos de historiografia se estamos falando de livros didáticos de história? Porque não se pode negar a sua dimensão historiográfica. Uma dimensão que não se iguala à dimensão da obra historiográfica acadêmica, da tese. É uma dimensão própria da natureza do livro didático, ou seja, marcada pela concisão, pela linguagem mais simples e pela abordagem menos pretensiosa, mas, que não deixa de ser um discurso historiográfico.

Neste sentido, a explicação histórica contida numa obra historiográfica diz muito sobre ela. Aliás, diz quase tudo sobre ela. Nos livros que analisamos podemos dizer que há poucos textos autorais. Se os misturássemos, pouco saberíamos de suas diferenças pelas homogeneidades da escrita, da abordagem, do método e do enfoque. Transitam por uma história que podemos considerar como tradicional. Tradicional na forma em que é narrada, na cadência com que são tecidas essas histórias, sempre na significância do cronológico, do factual e do acontecimental. É uma visão de história marcada pela ideia das sociedades



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

humanas explicadas a partir de esquemas que buscam dar conta de uma totalidade. Para isso, recorre-se à abordagem por planos: o político, o econômico, o social e o cultural. Porém, o político, em primeiro plano, o econômico a seguir-lhe, o social como decorrência dos processos anteriores e o cultural, quando aparece, como adornos, quase sempre como ilustração.

Podemos dizer que em Figueira (2003), Pedro, Lima e Carvalho (2005), Ferreira e Fernandes (2005) e Campos e Miranda (2005) encontramos as abordagens mais características do que ressaltamos acima. Enquanto que em Schmidt (2007) encontramos uma abordagem, ainda que tradicional, porém, mais preocupada com uma narrativa problematizadora, crítica e explicativa.

Posto isto, vejamos, então, como podemos definir a memória histórica da classe trabalhadora que aparece nos livros didáticos analisados acima.

Essa memória histórica aparece, na grande maioria dos livros, como fragmentada, episódica e se deslocando nas abordagens de acordo com a época analisada. Assim, temos uma abordagem para o período chamado de Primeira República (1889-1930), uma para o primeiro governo Vargas (1930-1945), outra para o período chamado de populista (1946-1964) e outra para a Ditadura Militar (1964-1985). Segue-se a tendência de uma parte da historiografia operária no Brasil: atribui-se o início da história do trabalhador ao século XIX, com o processo de industrialização e urbanização; o movimento anarquista segue à disposição de ser uma espécie de pré-movimento operário, perdendo sua força e desaparecendo com o surgimento do partido comunista; predominância do enfoque político e econômico; predominância do enfoque das greves em momentos específicos (décadas de 10 e 70, por exemplo); ausência de um enfoque regional; centralização das abordagens no eixo centro-sul (São Paulo e Rio de Janeiro). A história operária aparece em momentos de crise política e econômica, ilustrando estes momentos, havendo um desconhecimento de sua trajetória fora dessa problemática,

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sobretudo, nos anos 1930 a 1970; ausência de um enfoque sobre a cultura e o cotidiano operário ou de outras formas de resistência que não seja apenas a institucional (as greves, o partido etc.), principalmente, fora do período da chamada República Velha; predominância iconográfica de imagens já consagradas da política brasileira e não do trabalhador.

A Primeira República é o período de melhor abordagem. Assim como na produção historiográfica sobre a classe trabalhadora, seja ela acadêmica ou de militantes, os enfoques se concentram, majoritariamente, neste momento. É o que quantitativamente mais reúne informações, textos específicos e dados diferenciados sobre a sua trajetória. Neste período, encontramos temas como: 1) A formação da classe trabalhadora. 2) Formas de organização e representação política. 3) Condições de vida e trabalho. 4) Formas de resistência e luta. 5) O cotidiano dos trabalhadores. 6) A questão do trabalho infantil. 7) A disciplina nas fábricas. 8) A cultura operária. 9) A mulher operária. 10) A iconografia de sua história.

É lógico que nem todos estes temas aparecem em todos os livros analisados e com a mesma intensidade, especialmente, os temas 5, 7, 8, 9 e 10. Vejamos.

O tema 1 está presente em todos os livros. Contudo, a formação da classe trabalhadora está sempre associada, apenas, aos imigrantes europeus, vindos a partir do século XIX. A única exceção é Mota e Braick (2005) que consideram em seus textos a participação de grupos sociais brasileiros, inclusive de ex-escravos, neste processo. O tema 2, também, aparece em todos os livros. Embora, o enfoque recaia sobre os anarquistas e anarco-sindicalistas, num primeiro momento, e, posteriormente, sobre os comunistas a partir da década de 20. Curiosamente, com exceção de Schmidt (2007), os anarquistas desaparecem fora da Primeira República. Não se ouve mais falar neles e nem se apresentam os motivos desse desaparecimento. Algo que Munakata (1984) denuncia na historiografia operária

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

quando afirma que, nesta, a presença do Partido Comunista torna-se absoluta na trajetória da classe trabalhadora, apagando a diversidade. “É a concepção de que a história é o lugar da homogeneização, da abolição das diferenças, do processo unificador das significações, a fim de atribuir para si um sentido único, unívoco, unitário” (MUNAKATA, 1984, p.34).

Os temas 3 e 4, condições de vida e trabalho e as formas de resistência e luta, respectivamente, aparecem, ainda, em todos os livros. Porém, o livro de Figueira (2003) é o que menos explicita tais temáticas. Nos demais, quando se referem às formas de resistência e luta dos trabalhadores, destacam-se as greves de 1917. Os autores que consideram uma diversidade maior nesses aspectos são Mota e Braick (2005), Schmidt (2007) e Campos e Miranda (2005).

O tema 5, o cotidiano dos trabalhadores, referente a questões como custo de vida, salários, habitação, lazer, alimentação, vestuário, saúde, educação etc. é pouco abordado. Em Campos e Miranda (2005) e Mota e Braick (2005) encontramos referências ao lazer dos trabalhadores. Em Ferreira e Fernandes (2005), Mota e Braick (2005) aparecem as únicas alusões a questão da moradia operária. Aspectos da educação encontramos, somente, em Schmidt (2007). Os demais aspectos não aparecem nos textos.

A questão do trabalho infantil, tema 6, aparece em autores como Ferreira e Fernandes (2005) e Mota e Braick (2005). O tema 7, a disciplina nas fábricas, está presente na abordagem de Schmidt (2007), Ferreira e Fernandes (2005), Mota e Braick (2005). A cultura operária, tema 8, é destacada em autores como Schmidt (2007), Ferreira e Fernandes (2005), Campos e Miranda (2005). O tema 9, a mulher operária, aparece em Schmidt (2007) e Mota e Braick (2005).

Quanto à iconografia da classe trabalhadora, na Primeira República, aparece da seguinte forma: em Figueira (2003) encontramos 3 imagens do total de 14 presentes no capítulo; em Pedro, Lima e Carvalho (2005), somente 1 imagem do



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

total de 5; em Ferreira e Fernandes (2005), 3 imagens do total de 17; em Campos e Miranda (2005), 1 imagem do total de 8; em Schmidt (2007), são 3 imagens no total de 14; e, em Mota e Braick (2005), são 3 imagens no total de 15. Na sua maioria, cabe destacar, essas imagens dão conta de duas temáticas centrais: as condições de trabalho nas fábricas e as greves.

É interessante salientar que, dos capítulos analisados nos livros, os referentes à Primeira República são os que mais apresentam imagens sobre o trabalhador brasileiro. Nos demais capítulos, em todos os livros, a iconografia mostra a classe trabalhadora com a tendência de ilustrar situações específicas. A clássica imagem de trabalhadores segurando cartazes em homenagem a Getúlio Vargas, nas comemorações organizadas pelo Estado, para demonstrar a relação paternalista do varguismo. Fato que aparece em todos os livros analisados. A imagem de trabalhadores em greve como demonstração dos descontentamentos com as sucessivas crises econômicas, no período populista (1946-1964), com o aumento do custo de vida e grande processo inflacionário é visto em Figueira (2003). A mobilização dos trabalhadores rurais em prol das reformas de base, sobretudo, a reforma agrária, no governo de João Goulart é percebido em Schmidt (2007) e Mota e Braick (2005). E as greves do ABC paulista, na ditadura militar, como ilustração de que o regime autoritário estava dando demonstrações de abertura política e de fissuras em seu domínio sobre a sociedade estão presente em Schmidt (2007), Mota e Braick (2005), Pedro, Lima e Carvalho (2005), Campos e Miranda (2005).

Se os capítulos referentes à Primeira República, seguindo uma inclinação da historiografia da classe trabalhadora, como já mencionamos, são os mais ricos em sua abordagem, como podemos definir, então, sua presença nos demais momentos analisados (Vargas, populismo e ditadura militar)?

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

No período que compreende o primeiro governo Vargas (1930-1945), pode-se afirmar que não há uma memória histórica da classe trabalhadora de forma autônoma, ou seja, a memória histórica sempre aparece vinculada a algum tema. Com isso queremos dizer que sua trajetória histórica aparece, ainda, mais fragmentada e dispersa do que no período analisado anteriormente. Não há uma história de suas decisões, de como está inserida nas relações sociais e de seus múltiplos aspectos, como os temas analisados nos parágrafos acima. A trajetória da classe trabalhadora é mostrada em função do governo Vargas. É ele quem lhe dá sentido e esta surge, sobretudo, em função das leis trabalhistas que caracterizam o seu primeiro governo. Assim, em todos os autores analisados o que há é uma história do governo Vargas com suas realizações, mudanças políticas e econômicas.

Quanto aos períodos do populismo (1946-1964) e da ditadura militar (1964-1985), há algo em comum nas abordagens. Primeiro, são os períodos em que menos se abordam a temática da classe trabalhadora. Como no período varguista, sua memória histórica aparece fragmentada e episódica. Surge, sobretudo, quando os autores se referem aos momentos de crise econômica e as dificuldades enfrentadas pelos governos de Vargas (1951-1954), JK (1956-1961) e João Goulart (1961-1964), com os aumentos do custo de vida e a escalada inflacionária. Na ditadura militar não é diferente. Sua presença insurge-se nos textos quando abordam as dificuldades infligidas pelos planos econômicos da época, principalmente, na fase posterior ao chamado milagre econômico. Assim, a classe trabalhadora aparece nos textos para exemplificar estes processos e demonstrar como as políticas econômicas afetavam na prática a população brasileira.

As greves são os temas mais presentes na abordagem do período populista e na ditadura militar. São apresentadas como reações da classe trabalhadora diante dos aumentos do custo de vida, das perdas salariais e da inflação. Surgem,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

principalmente, quando os textos abordam os governos Vargas (1951-1954), João Goulart (1916-1964) e João Figueiredo (1979-1985). Logo após, aparece o tema dos sindicatos, sejam organizando os movimentos grevistas da época, abordagem comum nos capítulos sobre a ditadura militar, ou como referências ao processo de cooptação de parte da classe trabalhadora através do controle sobre a ação sindical, o que se destaca na abordagem sobre o período populista.

Outra questão que chama à atenção é que em autores como Schmidt (2007), Pedro, Lima e Carvalho (2005), Campos e Miranda (2005), a abordagem sobre o período populista insere-se no contexto maior da chamada Guerra Fria. Os autores buscam relacionar os fatos ocorridos no Brasil, neste momento, com o clima de discussão a favor do capitalismo ou a favor do socialismo que existia tanto na Europa como nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial. Assim, nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1964), o apoio ou a aproximação com a classe trabalhadora aparece como o elemento que sustenta o discurso da oposição em seus governos. A temática da classe trabalhadora surge nos textos para justificar os discursos raivosos que levam tanto ao suicídio de Vargas, em 1954, quanto à deposição de Goulart, pelos militares, em 1964.

Portanto, voltamos a reafirmar que a memória histórica da classe trabalhadora nos livros didáticos analisados modifica-se de acordo os períodos abordados. A melhor abordagem, sendo a mais rica em aspectos ressaltados, aparece no período da República Velha (1889-1930). Nos livros analisados, os capítulos posteriores que analisam os anos que vão do primeiro governo Vargas (1930) até o fim da ditadura militar (1985), as abordagens sobre condições de trabalho, de sobrevivência, moradia, cultura, cotidiano, diversidade de suas representações políticas etc., praticamente, desaparecem.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CONCLUSÕES

Das análises e interpretações dos livros aqui estudados, percebe-se que os livros didáticos de História, no que se refere à essa temática, não dão conta da riqueza de interpretações produzidas no fazer historiográfico. Sua abordagem centra-se e identifica-se com parte dessa produção, o que é um processo que não se pode estranhar. Certamente, nenhum livro didático consegue acompanhar a diversidade e as atualizações de sua área, sua natureza não o permite. Trata-se de uma obra de síntese.

O que se pode perceber como principal característica nas abordagens sobre a história da classe trabalhadora nos livros didáticos de história analisados é uma informação fragmentada e compartimentada. Ela aparece, apenas, como uma história melhor costurada quando os textos abordam o período da Primeira República no Brasil (1889-1930). Fora desse período, o que se percebe é uma história desconexa e, muitas vezes, desarticulada de um sentido maior. Certamente, não é de se estranhar que um aluno curioso pela história dos trabalhadores no Brasil, após manusear e ler os capítulos em que estes aparecem no livro didático, dissesse nada perceber.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan. **A escrita da História**. Ensino Médio. Volume Único. Manual do Professor. São Paulo: Editora Escala Educacional, 2005.
- CHARTIER, Roger **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- CHOPAIN, Alain. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- DARNTON, Robert. O que é a História dos livros? In: _____. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Nova História Integrada**. Ensino Médio. Volume Único. Campinas, São Paulo: Companhia da Escola, 2005.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. Ensino Médio. Volume Único. Manual do Professor. São Paulo: Ática, 2003.
- MEC. **Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/mec/>. Acesso em 15 de novembro de 2009.
- MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao Terceiro Milênio**. Ensino Médio. Volumes 2 e 3. São Paulo: Moderna, 2005.
- MUNAKATA, Kazumi. O uno e o múltiplo. In: SILVA, Marcos. (Org.) **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Anpuh/Marco Zero, 1984.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.
- PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. **História do mundo ocidental**. Ensino Médio. Volume Único. São Paulo: FTD, 2005.
- SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. Ensino Médio. Volume Único. São Paulo: Editora Nova Geração, 2007.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. **Em Aberto**, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996.